

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFMG  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE  
RACIAL NA ESCOLA

**KELLY CHRISTINE DUARTE SANTOS**

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: LIMITES E  
POSSIBILIDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03

Belo Horizonte

2016

**KELLY CHRISTINE DUARTE SANTOS**

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: LIMITES E  
POSSIBILIDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, pelo Curso de Especialização em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador(a): ANA AMÉLIA LABORNE

Belo Horizonte

2016

**KELLY CHRITINE DUARTE SANTOS**

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: LIMITES E  
POSSIBILIDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, pelo Curso de Especialização em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador(a): ANA AMÉLIA LABORNE

Aprovado em 09 de abril de 2016.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Ana Amélia Laborne – Faculdade de Educação da UFMG

---

Nome do Convidado – Aline Neves Rodrigues Alves

## RESUMO

Este trabalho vem dialogar sobre minha prática pedagógica com estudantes do Ensino fundamental, em duas escolas do município de Contagem e a invisibilidade da lei 10.639/03 que trata do estudo da História da África e dos Afro-brasileiros nas escolas públicas e privadas. Ao longo do trabalho, faço um paralelo entre a minha prática e o que pensam estudiosos como SANTOS, ARROYO, SILVA sobre a invisibilidade da lei, aponto também quando comecei a ter interesse pela temática étnico-racial e que devido às formações continuadas em serviço os GTs (Grupos de Trabalho com abordagens étnico-raciais) e a Especialização Promoção da Igualdade Racial nas Escolas que faço na UFMG em parceria com a Secretaria de Educação Contagem têm contribuído para a minha formação acadêmica.

**Palavras-chave: invisibilidade da lei, ausências e emergência**

## ABSTRACT

This paper talk about my teaching practice with students of elementary education in two schools in the city of Contagem and the invisibility of Law 10.639 / 03 which deals with the study of African History and Afro-Brazilians in public and private schools. Throughout the work, do a parallel between my practice and what they think scholars as SANTOS, ARROYO, SILVA on the invisibility of the law, I point also when I started having interest in ethnic-racial issue and due to continued in-service training the GTs (working groups with ethnic and racial approaches) and Specialisation Promotion of racial Equality in Schools that do UFMG in partnership with the Department of Education Count have contributed to my education.

**Keywords: invisibility of the law, absences and emergencies**

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>07</b>
<b>2. A QUESTÃO RACIAL E A INVISIBILIDADE NOS CURRÍCULOS ESCOLARES .....</b>	<b>13</b>
<b>3. A INVISIBILIDADE DA LEI 10.639/03 PARA OS ESTUDANTES E A COMUNIDADE ESCOLAR .....</b>	<b>15</b>
<b>3.1 – Atividades pedagógicas com os estudantes. ....</b>	<b>15</b>

<b>3.2 - Intervenções com os Professores.....</b>	<b>26</b>
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>30</b>
<b>5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>31</b>

## 1. Introdução

O presente trabalho é resultado de estudos, participação em formações continuadas e na Especialização Promoção da Igualdade racial nas Escolas. No entanto, é importante dizer quem sou eu, qual minha identidade, e de qual lugar observo e participo das relações raciais no Brasil.

Meu nome é Kelly Christine, minha certidão de nascimento diz que sou parda, mas hoje me reconheço como negra. Nasci em Belo Horizonte em uma família comum de negros, meu pai conseguiu fazer o curso superior de Engenharia Elétrica. Ele era professor e policial militar. Minha mãe tinha somente a 4ª série e do lar. Meu pai contava que sofreu preconceito racial de um padre branco que não quis batizá-lo por ser negro e muitos anos após esse episódio, sofreu racismo de novo quando pleiteava uma vaga de professor em uma escola pública. A diretora da escola não quis contratá-lo por ser negro passando a vaga para outro professor com uma classificação menor que a de meu pai. Na época, ele resolveu essa situação na Secretaria de Educação e acabou ficando com a vaga. Somos duas irmãs, estudamos da 1ª a 4ª série em uma escola pública estadual. Da 5ª a 8ª série estudamos como bolsistas no Colégio Wenceslau Brás, escola particular na qual meu pai era professor. Eramos filhas de militar então conseguimos fazer o 2º grau no Colégio Tiradentes da Polícia Militar. No período escolar, nunca ouvi minhas professoras falarem sobre racismo, sobre diferenças, ou qualquer coisa do gênero. O dia do índio era pontualmente lembrado quando chegava a data comemorativa. Quando algum colega fazia chacota com a cara de outro em sala de aula a professora somente chamava a atenção de ambos e ficava por isso mesmo. Eu pessoalmente nunca sofri com o preconceito na época escolar. Só ouvia meu pai dizer que havia sido discriminado.

Atualmente sou professora de Ed. Artística, licenciada desde 1992 pela Universidade Estadual do Estado de Minas Gerais, estudei na Escola (ESMU), Faculdade de Música. Quando cursei Licenciatura, não constava na grade curricular da faculdade nenhuma disciplina sobre a questão étnico racial, meus professores da época sequer tocavam no assunto. Sinto que eu e meus colegas de faculdade saímos totalmente despreparados para fazer qualquer intervenção ou discussão sobre diversidade com nossos alunos em sala de aula.

Trabalhei em escolas estaduais por alguns anos como contratada e percebi que também não havia espaço para discutir raça, racismo ou identidade racial. Estes temas

não faziam parte dos lugares que eu frequentava, ninguém que eu conhecia discutia isto e o assunto não fazia parte do meu cotidiano.

Quando iniciei minha carreira na rede pública de Contagem, a princípio também não havia nenhuma discussão em pauta sobre a temática na rede, não que eu soubesse. Sempre trabalhei, na rede pública de educação com alunos do ensino fundamental. Nas escolas pelas quais passei não havia nenhum tipo de discussão sobre raça, gênero e nem sobre a diversidade. Estou na rede municipal de Contagem desde 2005 e a partir de 2006 Contagem, deu oportunidade para que os professores pudessem discutir sobre a temática étnico-racial através da formação continuada de professores.

Diante dessa possibilidade, me interessei em aprender sobre a temática pois até esse momento da minha vida profissional e estudantil, nunca imaginei que poderíamos discutir assuntos relacionado às diferenças, isso não fazia parte do meu cotidiano. O que era ensinado na escola era algo já pré determinado no currículo que todos os alunos da escola deveriam estudar. Sobre a cultura europeia, eu sabia falar um pouco, pois era ensinado em História. Não lembro de ter estudado sobre os africanos a fundo, somente era estudado sobre pessoas negras quando chegava na parte da escravidão no Brasil.

Comecei a me interessar ainda mais pela temática, quando chegou um convite na escola para os professores interessados em fazer a formação continuada oferecida pela Secretaria de Educação de Contagem (SEDUC). A SEDUC dividia as escolas por regiões na época, e cada região havia um núcleo com coordenadores que davam assistência às escolas. Através dos núcleos eram enviados ofícios por malotes para as escolas comunicando aos gestores que haveria formação continuada em serviço para professores interessados em discutir sobre a temática étnico racial.

O curso se chamava Rede de Trocas. A Lei 10.639/03 já existia desde 2003 mas naquele momento que eu participava da formação, a lei não era muito conhecida e nem tão divulgada como percebemos hoje. A representante do Núcleo Vargem das Flores que era o responsável pela escola que eu trabalhava era a professora Juliana de História, que começou a abrir espaço para discussões sobre raça, gênero e diversidade numa pequena sala do Núcleo Vargem das Flores. Esses encontros se davam de quinze em quinze dias e os professores poderiam utilizar seu tempo pedagógico para ir aos encontros. Haviam barreiras que muitas vezes, impediam que os professores interessados fossem na formação. Não era nada fácil, pois as vezes no dia que era marcada a formação, era preciso fazer a troca do tempo pedagógico com outro professor, que muitas vezes não gostava de fazer isto. Felizmente sempre conseguia conciliar meu tempo pedagógico para ir nas redes de troca, lá discutia-se sobre as intervenções que os professores



estavam fazendo em suas escolas, sobre as barreiras encontradas para se falar sobre a temática étnico racial, como estava sendo a aceitação dos alunos, se a equipe gestora estava dando apoio, alguns professores levavam suas experiências em sala de aula com seus estudantes sobre a temática, recebíamos instruções de como fazer as intervenções, nos passavam lista de sugestões vídeos, livros que abordavam a temática, traziam pessoas para falar sobre dança afro, cabelos étnicos, tradições africanas e em 2006, a SEDUC lançou um Kit afro, que foi enviado para todas as escolas da rede. No Kit vinham vídeos de filmes com abordagens étnico-raciais um exemplo de filme era o “Vista minha pele”, livros infantis e juvenis de história sobre os negros, um exemplo é “Menina bonita do laço de fita”, “A bonequinha preta” e outros livros de História falando sobre a África, CDS de música de Maurício Tizumba cantor negro e militante de movimentos negros. Esses Kits na maioria das vezes ficavam empoeirados nas bibliotecas das escolas sem ninguém se interessar em pelo menos olhar o que tinha dentro das caixas coloridas que chegavam às escolas vindas da SEDUC, contar histórias, passar os vídeos para os alunos, eu mesma nunca tinha pegado qualquer item do Kit para trabalhar com meus alunos. Continuei participando das redes de trocas, mas achando que estava meio fraco, que poderia ser diferente, às vezes comentávamos entre nós professores sobre isto, cheguei até a sentar e planejar ações na escola que trabalhava na época com duas professoras de História e uma de Ensino Religioso que faziam a rede de trocas junto comigo. Foi uma boa experiência, elas ensinavam a teoria e eu entrava com a prática, fazendo máscaras africanas de atadura engessada, estudando sobre as tradições da cultura africana, comidas típicas, as cores da África, fazia mosaicos do mapa da África com os estudantes, eles coloriam os símbolos africanos Adinkra, as professoras de história também passavam filmes como “Diamante de sangue”, nesta época trabalhávamos com 7º, 8º e 9º anos. Foi assim que comecei a fazer algumas intervenções nas escolas em que trabalhava.

Em 2007 a SEDUC fez uma avaliação das redes de trocas e deu uma repaginada nas formações, mudou o formato, os locais das formações também foram redirecionados para salas mais arejadas e confortáveis da PUC Contagem, a parte pedagógica mudou também, a materialidade ficou melhor, foram contratados formadores como a professora e consultora de assuntos étnico raciais Rosa Margarida que é escritora de vários livros pedagógicos sobre a África tais como: A História da África na Educação básica, Almanaque Pedagógico Afro-Brasileiro, que ajudou muito os professores a terem um novo olhar para as questões raciais. Mudou-se a nomenclatura da formação para GTs

(Grupos de trabalho para educação étnico-racial) estudávamos sobre como o negro veio para o Brasil, sobre os reinados africanos, sobre o mapa da África as divisões políticas, as personalidades negras do Brasil e de outros países, sobre o racismo, nesses encontros também produzíamos material para trabalhar com nossos alunos: jogos da memória, bichos africanos, palavras africanas, ditados populares, tudo com temática africana, estudamos também sobre religiões de matriz africana.

A Secretaria de Educação criou um setor especial que trata de todo assunto relacionado a diversidade, gênero e raça, chamado Departamento de Educação de Diversidade e Ações Afirmativas - DECADI. As formações de professores continuam acontecendo atualmente coordenadas por esse setor, só que com maior intensidade e melhor organizado. A lei 10.639/03 está mais conhecida no meio educacional (entre os professores interessados). Foi a partir destes grupos de trabalho que comecei a me aprofundar mais sobre as questões raciais e de diversidade, foi a partir daí que comecei a me reconhecer como negra de verdade, comecei a me envolver mais com as questões raciais, percebi que poderia fazer mais nas escolas que trabalhava, fui transferida de escola e a equipe gestora nunca foi contra o que eu estava trabalhando até me apoiava, mas não caminhava junto comigo nestas questões. Então foi aí que comecei a discutir com os estudantes em sala de aula sobre a temática racial de forma ainda tímida, trazia frases africanas para motivar as aulas e dar margem para discutirmos em sala, montava murais com os alunos com frases afirmativas sobre os negros. Instigava os estudantes a falarem de si, enquanto estudantes negros na escola, ou se haviam sofrido algum tipo de discriminação na escola ou na rua. Ainda tinha algumas dúvidas, e me questionava porque a lei 10.639/03 encontrava tantas barreiras dentro das escolas que trabalhava?

Por que só eu tinha interesse nessas questões? Me sentia trabalhando sozinha sobre essas questões, pois eu chamava os professores para unirmos forças, mas raramente me ajudavam.

Eu ainda sentia insegurança para trabalhar com a temática, tinha muita inconsistência, achava pouco o que tinha aprendido.

Num desses encontros o coordenador atual da DECADI Jackson Leal, comunicou aos professores que se interessassem em aprofundar mais ainda seus conhecimentos, que a UFMG abriria inscrição para a Pós-Graduação em assuntos de Educação para a Promoção da Igualdade Racial nas Escolas. Prontamente enviei minha carta de intenção e fui aprovada. Numa turma de 20 professores somente cinco se interessaram em fazer a especialização, e esses cinco tiveram suas cartas de intenção aprovadas incluindo eu.

Iniciei na pós graduação com o grupo EPPIR (Curso de Especialização em Políticas de Promoção da Igualdade Racial nas Escolas) da UFMG em agosto de 2015, tenho aprendido muita coisa que antes passava despercebido ao meu olhar, o formato da especialização é bem diferente da Formação Continuada de Professores que iniciei em Contagem (os GTs), nos leva a um estudo mais aprofundado, a ter um olhar mais crítico com relação ao racismo e à discriminação. Comecei a ter mais base para trabalhar a temática em minha sala de aula, mudou o meu modo de ver as coisas, percebi estudando a matéria inicial do curso, que existe sim um racismo velado no Brasil, que é uma questão histórica e que é bastante tensa a relação entre negros e brancos no país. No decorrer da especialização pude perceber que o racismo está em todo lugar, que o racismo é institucionalizado e que é uma questão histórica, que desde a época da colonização do país a classe hegemônica vem tentando silenciar o negro, a mídia por exemplo, não valoriza o negro, ele não se vê representado por ela, pois a maioria das propagandas, novelas, filmes só aparecem pessoas brancas nos principais papéis e quando aparecem negros é num papel secundário, subalterno. É através das relações hegemônicas que as questões de gênero, raça e o diferente tem sido silenciadas. Aprendi que o negro tem uma história de luta, de resistência, que através da pressão do Movimento Negro foi implementada a lei 10.639/03 que visa o estudo da História da África e dos Afro-brasileiros no ambiente escolar que é um local de reprodução de racismo. Comecei a perceber que na escola também o negro não é representado, sempre quando ando pelos corredores das salas, o que eu via eram pessoas de todo tipo, alguns alunos discriminados, outros não, e que isto não estava sendo trabalhado.

Uma pergunta me incomodava profundamente, porque somente nos cursos era falado sobre a lei 10.639/03 e quando saía desse ambiente educacional, não ouvia falar mais nada à respeito.

Através de meus estudos, leituras de textos fui percebendo que o currículo oficial das escolas está elaborado de forma a favorecer os estudantes da classe dominante, a começar pelas matérias selecionadas por pessoas das classes hegemônicas, o estudo por exemplo, da cultura européia e a ausência do estudo da cultura africana que é de fundamental importância para os estudantes aprenderem a se reconhecer, a conhecer suas raízes, aprenderem a resistir as formas veladas de racismo dentro da escola e fora dela.

Os estudos da especialização trouxeram para mim um crescimento, um olhar mais crítico com relação às diferenças que antes eu não tinha. Eu pensava que se a

peessoa não conseguia crescer no meio educacional, profissionalmente é porque ela não se esforçou o suficiente, e que a vida era assim mesmo. Mas hoje não, sei que se alguém sofrer discriminação e denunciar há uma punição do agressor. Que este pensamento faz parte do mito da democracia racial. Que é preciso criar políticas públicas que vão favorecer não só as pessoas das classes dominantes, mas também dar condições para as pessoas das classes mais baixas alcançarem também sucesso profissional e educacional. As atividades que eu aprendia a cada módulo, o conhecimento adquirido foi me dando motivos para ir mudando minha mentalidade e me dando força para lutar contra o racismo, me reconhecer como mulher negra que sou, capaz de ir além e levar meus alunos a serem pessoas críticas e reflexivas, a crescerem como eu cresci, a resistirem contra o racismo, a se reconhecerem como pessoas diferentes, fortes, capazes de lutar contra as injustiças, a discriminação. As atividades da especialização são muito instigantes tais como: Observe o ambiente da sua escola e veja se representa os negros? Assisti a vídeos que relatavam sobre a violência à mulher negra, ao jovem negro, estudei sobre o mito da democracia racial, novamente a elite branca tentando deixar o negro de lado. Tive conhecimento que os negros do passado não eram sem instrução, muitos tinham dificuldade de acesso a educação sim, mas muitos eram esclarecidos, davam aulas, foram capazes, criativos como é o caso de Abdias do Nascimento com o “Teatro experimental do Negro”. A partir do qual várias atrizes negras globais foram descobertas.

Trabalho em uma escola pública com alunos de região de vulnerabilidade social e fazendo intervenções usando frases antiracistas para eles refletirem e discutirem, letras de músicas que demonstram atos de resistência negra e ai fazemos uma roda de conversa e discutimos, através dos filmes que assistimos e depois comentamos, inclusive um destes filmes o “Vista minha pele” que foi bastante apreciado pelos meus estudantes, que depois fizeram comentários bastante pertinentes abordando o combate ao racismo que aparecia no filme. Através também de pintura, colorido de símbolos africanos, através de desfiles afro que exaltam a beleza negra e o diferente. São várias as abordagens que tenho feito com meus alunos em sala de aula sobre a temática por julgar relevante que eles aprendam sobre suas raízes, sua história. Eles não podiam ficar como eu, tanto tempo sem saber sobre os assuntos étnico-raciais, tão importante na sua formação. Que eles sejam capazes de mudar sua realidade, através do conhecimento e de ações afirmativas que os leve a ter sucesso em sua vida estudantil, profissional e enquanto cidadãos.

Este trabalho visa refletir sobre o porquê da invisibilidade da Lei 10.639/03, uma vez que ela já foi implementada e já existe a mais de 10 anos.

## 2 - A questão racial e sua invisibilidade nos currículos escolares

Neste capítulo irei discorrer sobre e minha prática no espaço escolar em torno da lei 10.639/03 e sua invisibilidade junto aos estudantes com quem trabalho, em duas escolas municipais da cidade de Contagem com enfoque nas teorias relativas a currículos, ausências e sobre assuntos étnico-raciais. Para tal, busco dialogar com autores que possam nos auxiliar no entendimento dessa complexa realidade.

Como já descrito no presente trabalho, algumas de minhas experiências pessoais e profissionais despertaram em mim a curiosidade de saber o porquê da invisibilidade da lei 10.639/03 dentro do espaço escolar. A lei já existe a mais de dez anos e garante o estudo da História da África e dos Afro-brasileiros nas escolas públicas e particulares mas é interessante como ela ainda é pouco conhecida das pessoas.

Percebo que a maioria das pessoas com quem converso não sabe qual o teor desta lei. Nas escolas que trabalho, a referida lei só é abordada de forma pontual, nas datas comemorativas tal como o Dia da Consciência Negra por exemplo.

Diante deste fato comecei a buscar o que autores e autoras diziam dessa realidade de invisibilidade e procurei analisar o que essas teorias me ajudavam a entender sobre essa invisibilidade da lei e as potencialidades de uma prática voltada para a educação das relações étnico-raciais.

Boaventura de Sousa Santos (2002) nos diz que o que não existe é na verdade, ativamente produzido para não existir. Isso significa dizer que aquilo que não existe nos currículos, por exemplo, é fruto de um ato intencional de exclusão. O autor denomina esse apagamento de sociologia das ausências.

Segundo o autor, o objetivo da sociologia das ausências é transformar objetos construídos como impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças. Estaríamos, assim, produzindo uma sociologia das emergências.

Observando cuidadosamente os estudos deste autor, percebi que a lei 10.639/03 é ausente, ou invisível nos currículos escolares. Ela não é considerada na medida em

que os currículos seguem uma lógica dominante, colocando-a como algo inexistente diante do entendimento de que não é reflexo de um interesse coletivo.

A lei 10.639/03 é fruto de luta política e da produção acadêmica de importantes estudiosos comprometidos com a questão racial no Brasil com o objetivo de dar visibilidade nos currículos à História da África e dos Afro-descendentes para que saibam mais sobre sua história, sua identidade e se tornem mais conscientes de si mesmos, e sejam capazes de mudar sua própria realidade.

O conteúdo da referida lei deveria ser desenvolvido por área do conhecimento e ao longo do ano letivo. De acordo com a proposta, todos os professores deveriam desenvolver trabalhos interdisciplinares pensando sobre como abordar a temática em sala de aula, para que os estudantes pudessem se apropriar desse conteúdo.

Na disciplina de Arte, por exemplo, deveriam aprender não só sobre a cultura europeia e sobre artistas da classe dominante, mas também sobre a África, sua cultura, seus modos e hábitos, seus artistas e suas obras. Estariam atentos também sobre os artistas afro-brasileiros, onde moram, o que fazem, e como tudo isto faz sentido em sua vida. Sabemos que essa ainda é a realidade de poucas instituições escolares. O que temos, na maioria das escolas, é o desconhecimento e uma falta de comprometimento no cumprimento da lei.

Os movimentos sociais negros têm uma história de luta na implementação da lei. O Movimento Negro é protagonista nesse processo, pois aponta a necessidade do conhecimento da lei para que haja a consciência e o respeito aos direitos da população negra no Brasil.

Considerando a escola como um espaço sócio-cultural, é importante perceber que os estudantes trazem seus saberes, sua identidade, seu cotidiano. Muitas vezes a escola não tem valorizado esses elementos. Fala-se em escola democrática, direito de todos, mas nem todos estão tendo acesso de fato à educação pública e aos conhecimentos necessários para a construção da cidadania.

Segundo Tomaz Tadeu da Silva (2015) a escola tem funcionado como um mecanismo de exclusão social uma vez que o currículo se baseia na cultura dominante. Essa cultura dominante se expressa na linguagem, pois é transmitido o código cultural dominante. Para as crianças e jovens das classes favorecidas é possível compreender o que é ensinado com mais facilidade, pois já estão acostumadas a esses hábitos no seu cotidiano. No entanto, para as crianças e jovens das camadas populares é um código indecifrável, difícil por não fazer parte do seu cotidiano. Esse pode ser um fator

importante para compreendermos a evasão escolar. Com a desvalorização de seus conhecimentos essas crianças e jovens ficam pelo caminho sem progredir em seus estudos.

As considerações do referido autor são pertinentes, pois percebo que os estudantes das escolas das quais trabalho, não têm conhecimento de sua história, pelo menos não em sua integralidade. Parte dessa história não tem sido apresentada pelo currículo escolar. Os currículos são elaborados sem levar em conta a nova realidade do ambiente escolar, com a presença de crianças e jovens das classes trabalhadoras. Os livros didáticos são elaborados com base nesse currículo eurocentrado, por isso também não consegue estabelecer uma relação com a realidade dos estudantes.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 garante o acesso à educação de toda criança e jovem em idade escolar. Mas nem todos tem conseguido permanecer na escola de maneira qualificada. A escola democrática de fato, para todos tem ficado apenas no papel.

Para SILVA (2015) é através da reprodução da cultura dominante na instituição escolar que a reprodução mais ampla da sociedade fica garantida. Os valores, gestos, hábitos, modos de agir e se comportar das classes dominantes são valorizadas no ambiente escolar, se convertendo em capital cultural.

Observo em minha prática junto aos estudantes do ensino fundamental que mesmo com o espaço para discussões sobre a temática étnico-racial em sala de aula, ainda haviam situações de racismo entre os estudantes dentro do espaço escolar. Podemos buscar explicações para esse comportamento no desconhecimento dos estudantes sobre suas origens étnicas. Eles têm direito de conhecer mais sobre si mesmo, de entender-se e nosso dever enquanto educadores é proporcionar a eles esse conhecimento.

Segundo ARROYO (2011) a escola deve repensar a docência e os currículos devem ajudar os educandos a entender-se e entender os porquês de sua condição no passado e no presente. Podem, assim, contribuir para assumirem novas posturas, fortalecer-se como coletivos e ter conhecimento da história da ordem social, política, econômica, científica que perpetua suas existências tão precarizadas.

Com essas intervenções feitas a partir das aulas de artes, consigo ver algumas mudanças de atitude nos estudantes com relação ao preconceito e ao racismo, começam a entender-se como protagonistas do processo de ensino-aprendizagem, como pessoas que fazem sua história, que são capazes de lutar por seus objetivos, provocar mudanças

na realidade atual, resistir ao preconceito e ao racismo. Tais atividades tem promovido entre os estudantes e em mim mesma, atitudes de respeito com os colegas, experiências essas, que levaremos conosco no decorrer da vida.

### 3 - A invisibilidade da Lei 10.639/03 para os estudantes e a comunidade escolar

No capítulo anterior procurei expressar como se deu minha prática sobre a temática étnico racial e como essa prática se articula com as teorias estudadas. Neste capítulo busco descrever com detalhes como desenvolvi a prática com estudantes e professores das escolas em que trabalho, procurando um diálogo na perspectiva anti-racista, embora muitos deles não tenham ainda sido despertados para este tema. E a invisibilidade da Lei 10.639/03 no ambiente escolar.

#### 3.1 – Atividades pedagógicas com os estudantes

As intervenções pedagógicas com os estudantes iniciaram, quando comecei a perceber que os alunos tinham como rotina a prática do racismo e discriminação contra os próprios colegas nos corredores da escola e dentro de sala de aula. Eram, através de piadas racistas, bullying e agressões silenciosas, tais como rir do colega e apontá-lo em sala.

Essas situações ocorriam tanto nas escolas de 1º e 2º ciclos quanto na de 3º ciclo. Colocavam apelidos de cunho racial uns nos outros como: Ô neguinho! Ô pelé! Cabelo de bombril! Haiti! Isto acontecia na frente de todos e ninguém intervia. O mais interessante é observar que essas situações eram entendidas como brincadeira. Eu mesma só comecei a perceber essas situações depois que comecei a formação continuada e o curso de especialização. Foi a partir desse momento que essas atitudes começaram a me incomodar.

Observei que na escola haviam jovens de várias “tribos” na linguagem dos jovens: a tribo dos “roqueiros”, dos “funkeiros”, dos “nerds”, dos tímidos. Comecei a perceber a importância de as pessoas exercerem seu direito à diferença. Assim, cada estudante é diferente do outro e que merece ser respeitado no seu direito e na sua diferença. Mas essa percepção não era generalizada dentro da escola. Para os estudantes essas “brincadeiras” eram normais. Diziam: “É só brincadeira professora, ele(ela) nunca reclamou de nada.” No entanto, quando chamava o estudante que era alvo das



“brincadeiras” para uma conversa, na maioria das vezes diziam que essas situações chateavam, mas que a pessoa era sua amiga por isso deixava que tudo acontecesse sem reagir.

Esses acontecimentos começaram a me incomodar e decidi começar a fazer intervenções, chamando os estudantes para conversar. Perguntava se gostariam de ser chamados de “cabelo duro”, “neguinho” ou outro nome qualquer que remetesse à questão racial. E quando se defendiam falando que era só brincadeira eu perguntava para o estudante agredido se ele havia gostado dessa “brincadeira”. A resposta quase sempre era não. Propunha, então, que era hora de parar com essas ofensas.

Foi a partir dessas observações e desse incômodo que comecei efetivamente minha prática pedagógica com foco na reeducação para as relações étnico-raciais. No entanto, desde 2007, quando a Secretaria de Educação de Contagem fez uma reestruturação no setor de formação continuada de professores, chamado hoje de DECADI, que trata assuntos relacionados com a diversidade de gênero, raça, e inclusão social essa questão da diversidade me provoca questionamentos. Já naquele momento, a partir dos grupos de trabalho (GTs) eu comecei a tomar conhecimento e ter um olhar diferenciado para a história de luta e resistência dos negros no Brasil. Comecei, assim, perceber o racismo dentro das escolas. Comecei a discutir com meus colegas sobre a realidade do ambiente escolar e como o racismo acontecia.

Muitas vezes me senti solitária no trabalho com os estudantes, sem apoio de alguém na escola para compartilhar. Sem considerar o sofrimento da população negra, no racismo, todos de alguma maneira sofremos as consequências nefastas. Somos todos vítimas de uma sociedade racista, uns considerados e se considerando superiores e outros inferiores. Nesse sentido, é interessante pensar que a sociedade nos ensina a ser racista. Para combater o racismo temos mesmo é que confrontar a sociedade racista e os indivíduos que o produz.

Continuei aprofundando meus estudos para compreender melhor a complexidade do racismo no Brasil e aprender estratégias eficientes para combater o racismo no ambiente escolar.

Nos encontros do Grupo de Trabalho éramos na faixa de 20 a 25 professores por formação e sempre discutíamos a respeito da cultura negra e a História da África. As sugestões de atividades recebidas nos GTs, nos davam uma orientação de como trabalhar com os estudantes em sala de aula, e também compartilhávamos experiências exitosas que cada professor e professora trazia consigo para os encontros. Colocávamos também as “piadas” feitas pelos estudantes aos colegas. Uma proposta interessante era

sempre colocarmos em prática nas escolas onde trabalhávamos alguma atividade que aprendíamos no GT. Como exemplo, tivemos um portfólio que cada um dos professores participantes do curso teve que confeccionar contendo jogos da memória, bichos africanos para serem identificados e coloridos, ditados populares africanos, o mapa da África, personalidades negras. Tínhamos que elaborar sugestões de atividades para estudantes da educação infantil até o 9º ano.

A especialização EPPIR promovida pelo Ações Afirmativas na UFMG foi uma experiência singular em minha vida profissional, pois agregou muito conhecimento e aprofundamento sobre a questão racial. O curso era semi-presencial e os encontros aconteciam uma vez por mês. Nesses encontros discutíamos sobre como estava caminhando nossa prática pedagógica no referido tema. Éramos em torno de 70 professores e cada um trazia suas dúvidas, suas incertezas, incômodos pelo que vivenciávamos no ambiente escolar.

O que tenho trazido para minha prática de sala de aula hoje, foi apreendido na especialização EPPIR. As rodas de conversa, passar filmes para refletir e discutir, a seleção de músicas e textos para trabalhar com meus alunos.

Às vezes, tínhamos atividades práticas como a aula de turbantes, aula ao ar livre em baixo de árvores para discutirmos alguma prática que apresentaríamos em grupo no encontro. Tivemos uma formação extra dentro do curso de especialização chamado “A Cor da Cultura” este é um projeto educativo de valorização da cultura afro-brasileira que conta com vários parceiros sendo o MEC um deles, que também foi muito proveitosa. Aprendemos sobre a ancestralidade, o respeito, a circularidade e a resistência negra presente nesses símbolos da cultura africana.

À partir dessas experiências fiquei bastante motivada a discutir com meus alunos sobre a temática étnico-racial utilizando algumas referências do curso, abordar um assunto como por exemplo a Lei 10.639/03 que traz a obrigatoriedade do estudo da História da África e dos afro-brasileiros na escola, depois discutir sobre o que os estudantes sabem sobre o assunto em rodas de conversa.

No momento do planejamento das aulas fiquei na dúvida sobre como começar uma discussão em sala. Logo me lembrei de começar falando sobre a lei 10.639/03. Propus para eles que trabalhássemos nas aulas de artes assuntos relacionados à diversidade, expliquei que era um assunto bastante atual e urgente e que poderíamos discutir sobre isto e os alunos toparam. A partir daí, comecei minha prática em sala de aula com foco na Educação para as relações étnico-raciais.

Trabalho como professora de Artes em duas escolas públicas da rede municipal de Contagem. Vou descrever minha prática nas escolas que trabalho como escola 1 e

escola 2. Na escola 1, eu trabalho com estudantes do 1º e 2º ciclo há 9 anos. Apenas nos últimos 3 anos venho trabalhando a temática étnico-racial após ter iniciado as formações continuadas. É que para falarmos de um assunto, é preciso conhecer mais a fundo sobre ele e ter segurança para discuti-lo.

Nesta escola trabalhei com os estudantes falando sobre a lei 10.639/03, através da contação de histórias, pude trabalhar o teor da referida lei e o que ela pode modificar na escola. A partir daquele momento estaríamos sempre falando sobre a temática étnico-racial em nossas aulas. Uma das histórias escolhidas foi “Menina bonita do laço de fita” que narra a história de uma menina negra que conhecia um coelhinho que a achava linda com aquela cor e queria ser igual a ela e fazia de tudo para ficar com a cor dela e não conseguia, mas no final casou-se com uma coelhinha de negra e teve filhotes coloridos.

Após contar a História do livro sempre trazia perguntas que instigava os estudantes a participar e a falar o que sabiam sobre o racismo e a discriminação. Eram perguntas do tipo: Você sabe o que é racismo? Já sofreu discriminação na família ou aqui na escola? Você sabia que racismo é crime? Para eles essas perguntas eram novidade, pois na escola não havia este tipo de abordagem. Pelo contrário, todos os dias chegava algum aluno reclamando que o coleguinha tinha chamado ele de neguinho, de Pelé, cabelo de bombрил. Nesses momentos sempre interrompia a aula para discutir sobre o ocorrido e sobre a importância do respeito à diversidade. Dizia para eles que toda pessoa merece ser respeitada e na sala de aula era o espaço oportuno para aprendermos a conviver e respeitar as diferenças. Pedia para eles desenharem e colorir a cena que mais chamou a atenção deles com relação às histórias lidas. Com o passar do tempo percebi que os apelidos contra os alunos negros haviam acabado.

Exibi para todos os estudantes em sala de aula, usando as novas tecnologias o filme “Vista minha pele” a recepção dos estudantes foi muito boa. “Este filme narra a história de uma menina branca que é estudante de uma escola onde a maioria dos estudantes eram negros. Esta menina foi discriminada e rejeitada só porque ela era branca. Cansada de ser discriminada, ela se inscreveu num concurso de Miss Festa Junina, acreditando que ganhando o concurso conseguiria uma maior aceitação de seus colegas, e no decorrer do filme ela encontra pessoas que a apoiam e ela ganha mais coragem para enfrentar o preconceito.” Assistiram o filme com atenção e em silêncio, algo que não era comum para a turma e que eu só conseguia depois de chamar muito a atenção da turma. Após o filme discutimos a partir de perguntas propostas o que acharam do filme: Qual cena gostaram mais e porquê? Acharam que a personagem principal sofreu com a discriminação por ela sofrida na escola? Por que ela queria ser

miss “Festa Junina”? Era só para se destacar ou ela queria ser melhor aceita na escola que ela estudava?

Como sou professora de Arte, apresentei os símbolos Adinkra para os estudantes. Expliquei sobre a cultura africana, a tribo que produz os símbolos Adinkra para comunicarem idéias, e que esta tribo está presente em Gana, na África. Pedi a eles que pintassem com o lápis de cor com as cores que representam a África (preto, vermelho, amarelo, verde) e outras cores que quisessem usar.

Essas intervenções em sala de aula aconteciam sempre nas aulas de arte, e achei pertinente trabalhar a temática racial com os estudantes, para que tomassem consciência da gravidade de atitudes racistas contra os colegas.

No mês da Consciência Negra sempre fazemos a culminância de nossos projetos e discussões. Em cada ano do ciclo fazemos uma atividade diferente e apresentamos na quadra da escola na data comemorativa para que a comunidade escolar possa participar também. No referido ano de 2015 realizamos a culminância das atividades dadas em sala, com uma exposição de trabalhos confeccionados pelos estudantes dos 1º, 2º e 3º anos e com um desfile de moda africana e cabelos étnicos. A confecção desses trabalhos aconteceu nas aulas de Artes, para os estudantes do 1º ano.

Contei a História das bonecas Abahyomi segundo a tradição africana, quando os negros africanos vieram para o Brasil nos navios negreiros para serem escravizados, as mães arrancavam pedaços de tecidos de suas roupas e faziam bonecas para seus filhos para distraí-los na viagem. Chegando no Brasil até hoje há a construção de bonecas Abahyomi que são bem pequeninas e feitas de nós com roupas bem coloridas e são dadas de presente representando que a pessoa que a presenteia está dando o seu melhor para a pessoa presenteada.

Nós confeccionamos bonecas Abahyomi para eles levarem para suas casas. Como eu não tinha experiência em fazer as bonecas, uma colega de trabalho de outra escola da rede municipal de Contagem, me ensinou para desenvolver a atividade com os estudantes.

Consegui também uma parceria com três professoras do 2º ano para que contássemos para os estudantes a História da Galinha D’Angola e o porque dela ser pintadinha. Bom resumindo é assim: “Conta-se a lenda que havia muito tempo que não chovia em Angola na África e ai a galinha que era desta região foi conversar com a nuvem de chuva, só que a nuvem se foi e ela correu tanto atrás da nuvem que chegou a se machucar nos espinhos enquanto corria atrás da nuvem. A nuvem vendo seu esforço resolveu chover naquela região e para que todos soubessem daquele episódio da galinha

respingou gotas de chuva nela e ai ela ficou pintadinha e gritando sempre tô fraco, tô fraco, tô fraco para lembrar do esforço que fez correndo atrás da nuvem.”

Usando habilidades das artes plásticas fizemos uma galinha D’Angola de material reciclável com garrafas pet.

Os estudantes do 3º ano confeccionaram máscaras africanas utilizando lixa de parede e giz de cera a partir de outras máscaras que mostrei para eles utilizando a tecnologia do computador. Já com os estudantes do 4º ano propus que ensaiássemos uma apresentação para a comunidade escolar um desfile africano para homenagear o mês da Consciência Negra. Nem todos os estudantes participaram, pois alguns são bastante tímidos. Com os estudantes que não quiserem participar realizamos uma atividade de confecção de desenhos para a mostra Cultural, com assuntos relacionados ao racismo e ao preconceito.

Percebemos que para os estudantes da Escola 1 tem sido muito importante esse reconhecimento da identidade. A escola está localizada em uma região de vulnerabilidade social, e até então nenhum professor havia trabalhado de maneira sistematizada a temática étnico-racial.

Os recursos didáticos com que tenho trabalhado com os estudantes foram inspirados nas atividades promovidas pelos grupos de discussão da Especialização em Políticas da Igualdade Racial nas escolas o EPPIR. Percebi que essas formações tem me proporcionado um grande suporte material e teórico, têm me proporcionado o apoio de que necessito para trabalhar com os estudantes a temática da diversidade.

Trabalho também na Escola 2, escola para a qual fui transferida a dois anos e meio. Quando cheguei à escola, fui informada pela direção que teria três aulas por semana com cada turma. À época eu já participava dos Grupos de Trabalho da Secretaria de Educação de Contagem, iniciando em seguida o curso de especialização. Entendi que era uma oportunidade única de trabalhar a diversidade com os estudantes.

Sempre que eu aprendia coisas novas sobre as formas de racismo e a História da África, eu planejava e desenvolvia as atividades que eu vivenciava no curso em minha sala de aula. Foi uma experiência muito interessante para mim pois temos aprendido juntos sobre a temática étnico-racial. Essa avaliação também é um consenso entre os estudantes uma vez que avaliamos o processo em conjunto.

Posso dizer que fui aprendendo a trabalhar com a temática em sala de aula. Já no início do ano letivo fiz a proposta aos estudantes para termos uma aula específica por semana onde trataríamos dos assuntos relacionados à diversidade. Destaquei que eles também poderiam trazer reportagens, situações ocorridas no cotidiano sobre racismo e discriminação para discutirmos. A partir daí começamos as intervenções.

A roda de conversa foi uma das principais estratégias que aprendemos na especialização e tenho utilizado em sala de aula para debater sobre a temática. Uma vez por semana os estudantes chegavam na sala ambiente, cada disciplina tinha sua sala específica. Nesse momento as cadeiras já se encontram dispostas em círculo, mas às vezes os estudantes me ajudam a arrumar a sala. Sempre escrevia no quadro o que iríamos discutir naquele dia, o tema da aula. Geralmente essas discussões aconteciam nas aulas partilhadas, o que significa dizer que metade da sala ficava em minha aula e a outra metade ficava com outro professor. Senti que em grupos menores a discussão acontecia de maneira mais fluida, o ambiente parecia mais acolhedor e aconchegante, principalmente porque sempre tínhamos na sala alguns alunos mais tímidos que não gostavam de se expor.

Buscava iniciar as aulas com uma pergunta ou com uma frase de impacto, de acordo com a ocasião, se tem algum caso de racismo acontecendo na escola ou sendo exibido pela mídia começávamos a aula a partir deste exemplo. As perguntas eram sempre provocativas: Quem viu na televisão essa semana o caso de racismo contra o jogador de futebol que foi chamado de macaco? Qual era o nome dele mesmo? Por que foi chamado dessa maneira? O que você sentiu quando isto aconteceu? Nesse momento podemos perceber o que os estudantes estão sabendo sobre o assunto, acessando o conhecimento prévio dos estudantes. Após a fala de cada estudante, ampliávamos a discussão com novos questionamentos: O que você sabe sobre o racismo? Alguém aqui já sofreu discriminação ou racismo? Ou alguém de sua família ou conhecido?

A partir destas discussões buscava introduzir a lei 10.639/03, iniciava a conversa sobre a lei perguntando a eles se já ouviram falar dessa lei, do que ela trata, para que serve uma lei e assim por diante. Sempre que fazemos as rodas de conversa, os alunos ficavam atentos, participavam falando o que sabiam, ouvindo o que não sabiam. Percebia também que motivava aqueles alunos que são mais tímidos e que ficam mais calados nas aulas a participarem.

Enquanto discutíamos, eu também aprendia várias coisas. A manusear as novas tecnologias em sala de aula, que às vezes meus próprios alunos montavam a estrutura com data show, som e o meu notebook para passar filmes para eles. Numa dessas aulas passei o filme “Vista minha pele” que teve uma ótima receptividade e que eles nunca tinham visto. Este filme fala de racismo e discriminação dentro de uma escola, é uma inversão de valores, a realidade atual na sociedade de hoje, quem sofre preconceito são os negros e no filme quem sofre preconceito é a personagem principal do filme ela é

branca e queria ser negra para ser incluída no social da escola, onde basicamente quase todos os alunos eram negros. Ela relata logo no início do filme que todos são negros, os artistas de televisão, os professores, os colegas de escola e aí surgiu o concurso de “Miss Festa Junina” na escola e ela queria vencer esse concurso porque ela pensava que desta forma seria aceita pelos colegas. No decorrer do filme a menina se esforça, recebe ajuda de alguns colegas mais chegados, sofre racismo várias vezes por parte dos colegas de sala e o final do filme deixa em aberto para que o telespectador decida se ela vence o concurso ou não.

Passei esse filme em sala de aula para os estudantes após a exibição fazemos uma roda de conversa. Comecei fazendo perguntas para eles refletirem: Quem gostou do filme? Do que trata o filme? Quem pode contar resumidamente o que achou do filme? Você acha que a personagem principal vence o concurso de Miss Festa Junina? No lugar da personagem principal, você lutaria para ganhar o concurso? Porque? Ela teve ajuda de alguém para participar do concurso? E assim vamos conversando sobre o filme e abordando o seu tema que é o racismo e a discriminação. Além de passar vídeos faço perguntas para eles sobre como é ser negro ou ser diferente no ambiente escolar. Trabalho com frases de Nelson Mandela para os estudantes discutirem como por exemplo a frase:

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar.” Nelson Mandela

Depois de lida a frase, o grupo fala para os demais o que entendeu. Em sala de aula, peço para eles escreverem sobre o que acham sobre o racismo. Montamos também murais na escola com atividades que discutimos em sala. No mês da Consciência Negra fizemos a culminância com trabalhos que iniciamos em sala ou novas propostas, como por exemplo, símbolos Adinkra, o mapa da África em mosaicos feitos a partir de diversos materiais como por exemplo o EVA, papel colorido, máscaras africanas feitas de lixa de parede e giz de cera, confecção de colares com papel de revista coloridos,

confeção de cartazes denúncia para os desfiles afro que fazemos nesta época com os estudantes no auditório para toda a comunidade escolar.

O desfile denúncia fizemos em parceria com o professor de Ed. Física que é militante do Movimento Negro e se dispôs a ajudar na montagem dos trabalhos com meus alunos em sala de aula. Mas com o passar do tempo observei que a Lei 10.639/03 não era significativa para eles, não fazia parte do seu cotidiano, não constava nos livros didáticos, os demais professores não abordavam a temática, não discutiam sobre isto porque não fazia parte do seu cotidiano, da sua vida.

Essas intervenções pedagógicas me fazem perceber como a mudança no currículo para a implementação da lei é necessária para que quando trabalhamos com nossos alunos questões importantes como o racismo dentro da escola, eles compreendam e percebam um significado para suas vidas.

“A escola funciona como um mecanismo de exclusão social, uma vez que o currículo se baseia na cultura dominante: ele se expressa na linguagem dominante, ele é transmitido no código cultural dominante e para as crianças e jovens dessa classe é fácil pois elas cresceram dentro desses hábitos e culturas. Mas para as crianças e jovens das classes dominadas é um código indecifrável, difícil e por isso há evasão escolar”. (Silva, 2015 p. 35)

Nesse contexto, um fato ocorrido, merece ser destacado. Em um determinado momento da minha prática em sala de aula, estava desenvolvendo uma atividade para estudantes do 8º ano discutíamos sobre um evento na escola que é o “Chá Literário” que aconteceria em parceria com a professora de Português. Estávamos dividindo as tarefas entre os alunos, o que cada um iria fazer quando um estudante negro comentou com os colegas que eu era “uma preta folgada” e alguns colegas dele me falaram. Fiquei sem ação na hora, mas depois levei o caso para a orientação para conversarmos e resolver o assunto. Deixei alguém com a sala e desci com o estudante, na sala da orientação relatei o fato para a orientadora que também é militante do Movimento Negro, escritora de livros com a temática étnico-racial e doutoranda nesta temática. A orientadora quis



primeiro me ouvir e depois ouvir o estudante. Ela me ouviu e me deu apoio, disse que este fato não poderia ter acontecido ali na escola, que isto é crime de racismo, que se eu quisesse ela me levaria até uma delegacia mais próxima se eu quisesse registrar queixa. O estudante foi chamado para falar a versão dele. Ela perguntou ao estudante o porque dele ter me discriminado e ele repetiu falando que ele tinha mesmo me chamado de “preta folgada”, que era isto que ele achava de mim. A orientadora conversou com ele e disse que deveria tomar cuidado com as coisas que ele falava com as pessoas, porque uma hora ele arrumaria problemas que iriam repercutir em seus pais que responderiam na justiça por ele ser menor, e que o racismo é crime e que ele devia respeito para com minha pessoa, por ser professora dele, uma autoridade em sala de aula. Ele ficou arrependido depois que ela conversou com ele e eu aproveitei para chamar as meninas que ouviram ele falar e elas confirmaram na frente dela tudo o que ocorreu, e ela registrou em um caderno de relatórios e prometeu tomar as providências cabíveis e chamar os pais do menino para conversar.

O estudante foi suspenso por três dias e os pais foram chamados na escola. A orientadora que foi mediadora dessa conversa, me chamou quando os pais chegaram para conversarmos, leu a ata do fato ocorrido e pediu para que eu falasse a minha versão, falei o que tinha acontecido e que eu gostaria de ouvir o que eles tinham para dizer. Os pais se desculparam comigo, alegaram que o menino chegou em casa e disse para eles que tinha ofendido a professora e eles conversaram com ele dizendo que não poderia ter feito isto, que era um desrespeito com a professora, que essa não era a educação que eles estavam dando para ele em casa. Fizeram o menino me pedir desculpas ali naquele momento e que isto não aconteceria mais. E o estudante o fez. Eu conversei com os pais do estudante que também eram negros e disse que eu estava disposta a fazer uma queixa na delegacia, que eu estava muito ofendida com a situação, que eu trabalho com os estudantes sobre as questões raciais e sobre o respeito ao próximo, mas que mediante aquele pedido de desculpas que eu não iria fazê-lo, mas que isto não acontecesse mais. A orientadora escreveu tudo o que foi relatado entre nós detalhadamente em uma ata e nós assinamos. Os demais estudantes, quiseram saber como o que foi resolvido da situação. Eu expliquei para eles que o colega deles me pediu desculpas e que não o faria mais, aproveitei para continuar minha prática falando sobre o respeito que devemos ter para com o diferente.

A partir desta situação percebi que esse é um assunto emergente e que precisava continuar trabalhando com os estudantes sobre a temática étnico-racial, a importância de

se estudar a lei 10.639/03 e que precisamos estar cientes da gravidade que é cometer racismo contra qualquer pessoa, seja ela colega deles ou não. Ensinar sobre a valorização do negro e de sua história. Que o racismo é crime e que o agressor pode ir para a cadeia sem direito a fiança e que no caso de ser menor, quem responde pelo filho são os pais.

A sociologia das Emergências consiste em substituir o vazio do futuro segundo o tempo linear, por um futuro de possibilidades plurais e concretas, simultaneamente, utópicas e realistas, que se vão construindo no presente através de actividades de cuidado. (SANTOS 2002 p.254)

Segundo Boaventura, é possível através da sociologia das emergências abrir um espaço para se pensar o diverso, ter um olhar para por exemplo a luta dos movimentos sociais para que seja aplicada a lei 10.639/03 nas escolas para que pessoas saiam da marginalidade através do conhecimento da História de si mesma, e o reconhecimento que cada pessoa faz história só por fazerem parte de um contexto social.

### 3.2 - Intervenções com os Professores

Em nossos encontros da especialização, sempre fazíamos discussões sobre como estava nossa prática em sala de aula, o contato com nosso colegas de trabalho, se nos apoiavam ou não e num desses encontros nos foi proposta a seguinte atividade: Observe nas dependências da escola que trabalha se há alguma informação, cartazes que representam a pessoa negra. Observei que de vez em quando tinha alguns cartazes que a Secretaria de assuntos sobre a Diversidade enviava, promovendo algum encontro, ou convidando para participar de alguma palestra ou curso sobre a temática, fora os murais que montávamos sobre as discussões que fazíamos com os estudantes em sala.

Com relação a meus colegas de trabalho, comecei a observar que na sala dos professores, não tinha nenhum cartaz, nenhuma imagem que representasse a pessoa negra na escola. Quando comentei na sala dos professores que estava trabalhando com a temática étnico racial, ninguém manifestou nenhum interesse em compartilhar comigo sobre o tema, ou sequer ajudar a trabalhar com os estudantes em sua disciplina. Percebo que o assunto é bastante atual e emergente, principalmente devido a efetivação da lei 10.639/03. No entanto, a temática está invisível aos olhos de alguns docentes. Sabem que existe a lei, mas não se interessam em saber para que serve e trabalhá-la em seu conteúdo, mesmo sabendo da obrigatoriedade dela.

Certa vez estava conversando com uma colega professora também como eu, e eu a convidei para fazer a formação o GT e ela disse que até poderia fazer, mas que não tinha nada haver com a disciplina dela que era a Matemática. A resistência é grande com relação ao estudo das questões raciais. Destaco aqui novamente a questão da mudança nos currículos, porque nos cursos de Licenciatura, principalmente antes da lei 10.639/03, não se discutia sobre diversidade, gênero e raça. Essa abordagem é bastante recente, por isso acredito que há a desinformação, um despreparo dos profissionais que estão nas escolas para trabalhar a lei, além da falta de interesse por um tema que foi produzido para não existir e que não é de interesse da classe dominante, de quem faz o currículo que esse assunto apareça e seja discutido entre todas as pessoas.

É notório a emergência do ensino sobre da lei 10.639/03 no meio escolar, junto aos docentes para que haja um maior conhecimento de si próprio, de sua história, de seu pertencimento. Mas o tema étnico-racial não é um assunto de interesse da sociedade hegemônica. Sendo assim, não há uma abertura para discutir o diverso, De acordo com a teoria das ausências (Santos 2002) este assunto é produzido para não existir, por isso não há uma vontade política para que o assunto seja de conhecimento de todos.

“Sobre a sociologia das ausências. Trata-se de uma investigação que visa demonstrar que o que não existe é, na verdade, ativamente produzido como tal, isto é como alternativa não-credível ao que existe.” BOAVENTURA (2002 pág. 246)

O que vejo dentro da escola é alguns professores estudando pontualmente sobre o assunto com seus alunos cumprindo um protocolo, porque há uma exigência por parte da Secretaria de Educação, ou por parte da equipe gestora da escola. Não são todos os professores que decidem ensinar sobre a História da África e os afro-brasileiros na escola.

O ensino é feito usando o livro didático, que também não representa o diverso, ou o assunto somente é mais enfatizado nas datas comemorativas como o mês da Consciência Negra por exemplo.

Em uma das escolas em que trabalho, tenho trabalhado cotidianamente o assunto com os alunos mais novos e há também uma professora no turno da manhã, que também está fazendo a especialização junto comigo e também participou dos GTS, que também está fazendo um trabalho com os estudantes mais velhos.

Os professores da outra escola em que leciono também estão silenciados com relação ao assunto étnico-raciais. Não discutem o assunto cotidianamente com seus alunos em sala.

No ano letivo de 2015, estava bastante motivada com as atividades da especialização EPPIR e resolvi, juntamente com os estudantes e os professores de História e Educação Física, trabalharmos em parceria as discussões anti racistas com os estudantes e acordamos em fazer uma culminância no mês da Consciência Negra. Cada um em sua aula iria abordar o assunto, passar filmes e discutir com os alunos em sala. Foi muito interessante selecionamos os estudantes que quiseram participar, ensaiamos com eles para fazer um desfile denúncia com cartazes que continham frases do tipo: “Diga não ao racismo”, “Abaixo o preconceito racial”, “Onde você esconde o seu racismo?” e outras. No decorrer do evento houve um desfile com roupas africanas e música de Maurício Tizumba. Para esse desfile foram convidadas todas as turmas da escola do 7º ao 9º ano e tivemos muito êxito nesta culminância.

Os estudantes que não participaram do desfile, produziram em sala de aula máscaras africanas para expor no dia do desfile, colares com papel de revista, o mapa da África em mosaico colorido que foi exposto nas paredes do auditório onde tudo aconteceu.

Não é sempre que conseguimos essa parceria, e não são todos os professores que apoiam a idéia. Os estudantes perceberam como é importante valorizar o diferente, respeitar a raça, os jovens que participaram do desfile sentiram-se valorizados.

Outra tarefa do curso de especialização EPPIR foi no local de trabalho fazer perguntas aos professores sobre alguns líderes que lutaram pela causa dos negros: Quem foi Martin Luter King? Já ouviu falar do Bispo Desmond Tutu?, Que movimento anti racista houve nos EUA?

Neste momento percebi que muitos ficavam pensando para falar e alguns nem sabiam responder a pergunta. Aproveitei para perguntar para os entrevistados se eles sabiam alguma coisa sobre a Lei 10.639/03 e muitos deles não sabiam que lei era essa e do que ela trata.

A LDB 9394/96 no Art. 61 - Garante a formação continuada em serviço aos profissionais da educação, de forma a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e as características de cada fase do desenvolvimento do educando.

A formação de professores para trabalhar com alunos diversos, é de fundamental importância, uma vez que os professores que já estão exercendo a profissão a mais tempo, não tem em seus currículo acadêmico matérias que abordem a inclusão social

como a História da África e os afro-brasileiros, por exemplo, ou não sabem trabalhar com essa nova realidade que está posta dentro das escolas.

Para garantir uma educação de qualidade para todos é preciso que os professores se familiarizem com o tema étnico-racial. A formação continuada em serviço ou especializações favorece a busca de informações e oferece metodologias para o trabalho, como foi o meu caso. A participação em debates, palestras, projetos também facilita a aquisição de conhecimentos sobre o assunto. As formações podem acontecer nas escolas ou em parceria com o Estado e Secretarias de Educação dos municípios ou ONGs que forneçam esses estudos.

Deste modo, participando de formações ou especializações, os professores se sentirão mais capacitados e motivados a trabalharem.

Percebo que é preciso haver uma mobilização mais incisiva nas escolas por parte das Secretarias de Educação, de forma a garantir um tempo e a motivar os professores a participarem de formações continuadas e especializações para que se sintam motivados como me senti para que trabalhem com a temática étnico-racial em sala. É através destas intervenções que poderão haver mudanças na realidade atual do ambiente escolar, haverá um resgate na história do coletivo que faz parte do ambiente escolar, no tocante à erradicação do racismo e emancipação das pessoas para que acabem com o preconceito e respeitem mais o diverso.

#### 4. Considerações finais

Ao final deste trabalho e de acordo com as experiências que vivi nos GTs, na Especialização e embasada nas teorias que estudei, analisando a lei 10.639/03, concluo que o estudo da lei 10.639/03 é um assunto emergente, que já está implantada nas escolas, mas ela está ausente devido a barreiras impostas pela sociedade hegemônica, que não têm interesse em que as pessoas fiquem sabendo de sua memória, de sua história. Por isso a lei se torna invisível, porque há um silenciamento por parte das minorias, por mais que os movimentos sociais lutem, por mais que pessoas se esforcem, os assuntos étnico-raciais estão produzidos para não existirem.

Faço estas considerações e acredito na Teoria das Emergências de BOAVENTURA, que diz que é possível haver um diálogo na realidade, não só pensar no futuro, mas viver o presente e abrir espaço para dialogar sobre o

diverso, e não apenas valorizar o que está posto. A minoria também pode ajudar na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Haverá num futuro/presente próximo de nós, a emancipação das pessoas já sabedoras de sua história, aceitando o diferente e sendo capaz de mudar sua própria realidade.

## 5. Referências bibliográficas

Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, LEI Nº 10639/03 10 ANOS. MEC, BRASÍLIA 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de Identidade; uma introdução às teorias do currículo/Tomaz Tadeu da Silva. – 3ª edição; 6, reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. 156 p.

ARROYO, Miguel G. Currículo, território em disputa/Miguel G. Arroyo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, Outubro 2002: 237-280.

A Nova LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9394/96

